

Equipe de Lula corre para aprovar 'Pec da Transição'



Ajustes. O senador Paulo Rocha (PT-PA), o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, em reunião com o relator do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI), e o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) sobre contas de 2023

ALCKMIN PROMETE 'LIMITE' NA LICENÇA PARA GASTAR

CORRIDA CONTRA O TEMPO POR VERBA

Equipe de Lula quer aprovar 'PEC da Transição' até 15 de dezembro

MANOEL VENTURA, PAULA FERREIRA, BRUNO GÓES E JENNIFER GILBERTO cooperativ@pib.globo.com.br

A equipe de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou ontem em Brasília uma corrida contra o tempo para iniciar o governo com possibilidade de cumprir as principais promessas. O coordenador da transição, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, definiu a metade do próximo mês como prazo máximo para aprovar a "proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição", que liberará espaço no Orçamento de 2023 e permitirá despesas fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento dos dispêndios públicos). Ao GLOBO, ele confir-

mau que a proposta terá um valor definido, para evitar aumento de gastos sem limites e indicar um caminho de responsabilidade fiscal. — Ainda não (temos os números da PEC). Mas tem que ter número (limite). É obrigatório — afirmou o vice-presidente eleito.

BOLSA FAMÍLIA DE R\$ 600 A "PEC da Transição" terá de garantir recursos para aumento real do salário mínimo (de 1,3% a 1,4%), manutenção do auxílio em R\$ 600 — sem isso, o valor cairia para uma média de R\$ 405 mensais —, verba para programas sociais e investimentos. Segundo contas internas da equipe de Lula, divulgadas ontem pelo GLOBO, o valor

estimado para todos esses gastos deve ficar em torno de R\$ 200 bilhões. Ontem, agentes do mercado se preocuparam com o risco de a PEC ser aprovada sem limite de ampliação de despesas ou com um valor muito elevado, que desequilibrasse as contas públicas. — Há necessidade de, até 15 de dezembro, termos a autorização. É uma preocupação de não ter paralisação de serviços e obras. Há necessidade de ter uma suplementação para manter serviços e obras e o Bolsa Família de R\$ 600 — disse mais cedo Alckmin, acrescentando que haverá uma reunião na segunda-feira com o presidente eleito Lula para definir os números. A decisão de apresentar uma PEC foi tomada em reu-

nião entre Alckmin, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o ex-ministro Aloísio Mercadante e o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Coube a Castro anunciar a proposta, que visa fundamentalmente manter o programa de transferência de renda no

Q "Ainda não (temos os números da PEC). Mas tem que ter número (limite). É obrigatório"

Geraldo Alckmin, vice-presidente eleito

atual patamar. O relator do Orçamento, que estima o montante necessário em ao menos R\$ 100 bilhões, deixou de lado o nome do programa adotado no governo de Jair Bolsonaro (Auxílio Brasil) e se referiu a ele como Bolsa Família, como era chamado nos governos petistas. — Vamos levar a ideia de uma PEC em caráter emergencial de transição excepcionando o teto de despesas inadiáveis — disse Castro, referindo-se à necessidade de complemento para programas sociais. O relator apontou uma série de problemas na proposta de Orçamento enviada pelo governo Bolsonaro: — Não tem recurso para o Bolsa Família, para Farmácia Popular, para a saúde indige-

na, para merenda escolar, são muitas as deficiências do Orçamento. Mas temos que trabalhar dentro da realidade. O Orçamento com que estamos trabalhando foi apresentado legitimamente pelo atual governo e legitimamente o governo eleito está fazendo gestões para emendá-lo para que possa se adequar.

Segundo deputados do PT, a proposta de PEC será apresentada segunda-feira ao presidente eleito. Na terça, ela será apresentada ao Congresso. Para aprovar uma PEC é necessário o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos de votação em cada Casa.

A PEC é o instrumento necessário em razão da necessidade de assegurar despesas fora do teto de gastos. Ela é de emergência e vai tratar apenas de uma licença para gastar no ano que vem, sem se debater sobre mudanças na regra fiscal. Só em 2023, o PT vai apresentar proposta para alterar o teto definitivamente.

— São dois movimentos: primeiro, a PEC é imprescindível para abrir espaço orçamentário no teto — disse Mercadante, que considera essencial a aprovação da PEC com rapidez. — O auxílio ou Bolsa Família tem que ser aprovado este mês, porque a folha de pagamento de janeiro roda em dezembro. Se não, você deixa 21 milhões de pessoas sem renda.

FARMÁCIA POPULAR

Dias disse que há uma série de despesas que serão incluídas na PEC. Entre elas, está a recomposição de gastos para obras, saúde e educação. São programas como creches, merenda escolar, Farmácia Popular, vacinas e moradia. Ainda estão sendo feitos ajustes nas contas, mas o PT não quer deixar uma PEC sem limite para não comprometer a credibilidade.

— Vamos tecnicamente definir cada ponto crítico para ter a definição dos valores — disse Dias.

Neste momento, o governo eleito ainda não discutiu a correção da tabela do Imposto de Renda. Inclusive porque não é necessário furar o teto de gastos para esse fim.

Só a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 e o bônus de R\$ 150 para famílias com filhos com menos de 6 anos custará R\$ 70 bilhões a mais.

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL), afirmou que só vai avaliar a PEC quando tiver acesso ao texto. O senador disse que a abertura de diálogo deve partir dos aliados de Lula:

— O gesto é deles. Quem tem que conversar conosco são eles. Ainda estamos no governo Bolsonaro.

CONTEXTO

Proposta vai tirar despesas do teto para pagar benefício de R\$ 600

MANOEL VENTURA manuelv@pib.globo.com.br

A proposta de emenda à Constituição (PEC) anunciada pela equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai trazer uma exceção ao teto de gastos, regra que trava o aumento das despesas federais. A norma, porém, é apenas um dos passos neces-

sários para o novo governo ajustar o Orçamento de 2023 às suas necessidades.

É preciso uma PEC porque o teto está cravado na Constituição. Essa PEC deve definir um valor fixo para ser gasto acima do teto. O objetivo, neste caso, é evitar um descontrole das

contas e garantir credibilidade à nova equipe. Agentes do mercado dizem que uma PEC "sem limite" teria uma repercussão péssima.

Cálculos internos do PT dão conta da necessidade de pelo menos R\$ 200 bilhões em gastos extras no ano que vem, como mostrou O GLOBO.

Serão R\$ 70 bilhões apenas para o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família. Esse valor é o necessário para manter o benefício de R\$ 600 em 2023 e cumprir a promessa de Lula de destinar um bônus de R\$ 150 para famílias com crian-

ças de até 6 anos.

O valor que está na PEC é um extra, porque o governo Bolsonaro reservou R\$ 100 bilhões para o programa social — recurso suficiente apenas para um benefício médio de R\$ 405. Ou seja, uma parte será paga dentro do teto, e outra parte, fora.

A PEC também vai autorizar gastos extras para outras rubricas, que serão detalhadas no projeto de lei orçamentária. Portanto, é necessário aprovar a PEC e mudar o projeto do Orçamento.

Como se trata de uma PEC, tecnicamente não é necessário fazer uma justifi-

cativa formal para furar o teto de gastos. Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) já sinalizaram ao novo governo que não haverá empelhos a essa PEC — um dos motivos é que o governo Bolsonaro já fez duas grandes alterações no teto, para as quais não houve questionamentos formais.

Além disso, é possível justificar que, sem a PEC, haveria um cenário de paralisa da máquina pública.

O governo eleito quer ainda recompor diversas despesas do Orçamento. São gastos que estão subestimados ou praticamente zerados. Nesta lista,

estão recursos para creches, merenda escolar, combate ao desmatamento, proteção à mulher, vacinas, zeração da dívida SUS, Farmácia Popular.

Também serão reservados recursos para obras de infraestrutura, como rodovias. O Orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) não é suficiente sequer para manter as atuais estradas.

No caso do Auxílio Brasil, o governo Lula ainda precisará aprovar um projeto de lei (ou editar uma medida provisória nos primeiros dias de gestão, em janeiro) para garantir o valor de R\$ 600.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15